

EM BUSCA DE FONTES PARA A HISTÓRIA DO ESPORTE: ACERVOS OFICIAIS E SEU POTENCIAL PARA NOVOS ENFOQUES

EM BUSCA DE FONTES PARA A HISTÓRIA DO ESPORTE: ACERVOS OFICIAIS E SEU POTENCIAL PARA NOVOS ENFOQUES

RAPHAEL RAJÃO RIBEIRO*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo discutir as potencialidades de incorporação de uma maior diversidade de fontes oficiais, originadas da administração pública, em pesquisas sobre história do esporte no Brasil. Em diálogo com balanços historiográficos e com a produção nessa área temática, identifica-se o uso restrito desse tipo de evidência em estudos do campo. A partir dessa constatação, busca-se compreender os desafios operacionais e metodológicos, bem como os resultados possíveis da mobilização desses indícios em trabalhos que abordem as práticas atléticas na duração. Por meio de um estudo empreendido na cidade de Belo Horizonte, apresentam-se exemplos de procedimentos de investigação e análise executados a partir de acervos da administração pública municipal, indicando, assim, possibilidades decorrentes da adoção desse tipo de fonte histórica.

Palavras-chave: História do esporte; fontes históricas; acervos administrativos

Abstract: The paper aims to discuss the possibilities of the inclusion of a bigger range of official records, originated from the public administration, in Sports History researches in Brazil. In dialogue with historiographic reviews about this thematic area, we identify the small use of this kind of evidences in Sports History studies. From that ascertainment, the paper aims to understand the operational and methodological challenges, as well, the possible results of the use of this evidences in works about athletic practices. Through a investigation done in the city of Belo Horizonte, are presented examples of research procedures and analysis realized with the use of the municipal public administration archives, indicating, therefore, possibilities of inclusion of this sort of historical source.

Keywords: Sports History; historical sources; administrative archives

Introdução

A produção acadêmica voltada para a história do esporte no Brasil teve seu principal impulso nos anos 1990. Tal afirmativa não significa ignorar uma produção pontual sobre o tema que remonta ao final do século XIX, mas identificar que uma investigação regular,

* Doutor em História, Política e Bens Culturais pela Escola de Ciências Sociais CPDOC/Fundação Getúlio Vargas.

abrigada em universidades e programas de pós-graduação, só ocorreu a partir de então.¹ Nessa nova fase, observa-se a constituição de um campo propriamente dito, com a realização de eventos de pesquisa regulares dedicados à temática e a formação de núcleos de pesquisa.²

Partindo-se dessa premissa, a história do esporte no Brasil constitui-se em um campo com aproximadamente trinta anos de desenvolvimento regular, que tem acumulado uma produção vasta nesse período. As origens da área temática remontam tanto à introdução de estudos sociais em cursos em programas de pós-graduação em Educação Física, com a criação de grupos de estudo e eventos científicos,³ como à incorporação de reflexões da antropologia e da sociologia, principalmente sobre o futebol, ao campo da História.⁴

Nesses dois percursos, algo foi marcante em relação às escolhas metodológicas e às opções analíticas dos pesquisadores, a adoção de recortes locais, restritos, em regra, a uma cidade, no período da chamada *Belle Époque*, na passagem do século XIX para o XX. Estudos referenciais dessa década, como os empreendidos por Victor Andrade de Melo,⁵ Ricardo Lucena⁶ e Leonardo Pereira,⁷ centraram-se sobre o caso carioca. Uma tendência que seguiria marcante nas décadas seguintes, com a prevalência de recortes municipais, apesar da emergência de outras perspectivas espaciais, estimuladas, principalmente, pela criação do programa de pós-graduação em História Comparada da UFRJ em 2002.

Do ponto de vista das fontes de pesquisa, a história do esporte, a exemplo de inúmeros outros campos tributários da diversificação temática que chegou ao Brasil na virada dos anos 1970 para os anos 1980,⁸ buscou se afastar dos acervos mais tradicionais, em especial da documentação qualificada como oficial. Aproveitando-se da estreita relação que as atividades atléticas mantiveram com os veículos de imprensa desde o início da prática no Brasil, o uso de

¹ MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez., 2010, p. 20.

² MELO, Victor de Andrade. O trato do esporte nos simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH). **Record**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2016.

³ MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. *op. cit.*, p. 21.

⁴ FIGOLS, Victor de Leonardo. O lugar do futebol nos simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH): um balanço de 1961 a 2017. **Revista Hydra**, volume 3, número 5, p. 9-73, dezembro de 2018.

⁵ MELO, Victor Andrade de. **Cidade sportiva**: primórdios do esporte no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2001.

⁶ LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade**: aspectos do esforço civilizador brasileiro. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

⁷ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

⁸ FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989)**: elementos para uma avaliação historiográfica. Ouro Preto, UFOP, 1992.

periódicos – jornais e revistas – como fontes prevalentes de investigação marcou a trajetória dos trabalhos nessa área.

A proliferação de pesquisas que se basearam em evidências jornalísticas ditou o tom da produção, o que permitia a exploração de registros iconográficos veiculados nos periódicos, bem como de discursos textuais elaborados acerca do esporte. Trata-se de um conjunto de dados especialmente rico para análises na chave da História Cultural, com a qual se identificava boa parte dos trabalhos dos anos 1990 e 2000. A observação dessa tendência, não significa dizer que outros indícios não fossem mobilizados, como foi o caso das fontes policiais utilizadas por Leonardo Pereira em seu estudo sobre o futebol no Rio de Janeiro nas décadas iniciais do século XX.⁹

A diversificação de recortes espaciais e temporais, de objetos e de perspectivas de análise também significou uma ampliação do universo das fontes históricas analisadas.¹⁰ Os relatos orais, por exemplo, passaram a ser considerados em pesquisas dedicadas a momentos mais recentes, muitas vezes, aproveitando-se de uma tradição de produção de registros sonoros com desportistas que há muito se observa no Brasil.¹¹ Outros acervos passaram a ser considerados, notadamente aqueles preservados por agremiações e entidades esportivas.¹² Assim, aos poucos, as publicações jornalísticas têm dividido espaço com outras evidências históricas, o que permite uma diversificação das abordagens e o enfrentamento de novas questões de pesquisa. Aspectos econômicos e políticos ganharam relevância, assim como grupos sociais e agentes sub-representados pelas mídias – trabalhadores, mulheres, atletas amadores, etc. – alcançaram visibilidade nas análises.

A incorporação de cada uma dessas diferentes fontes históricas não deve se dar sem a necessária reflexão metodológica sobre as implicações de seu uso. Outros procedimentos de

⁹ PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Ibidem*.

¹⁰ Tal situação já era diagnosticada em 2010, pelo artigo MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. *Fronteiras*, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010.

¹¹ HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; RIBEIRO, Raphael Rajão. História Oral, prática futebolística e cidades no Brasil: conflitos e apropriações nas narrativas de ocupação dos campos de "futebol de várzea" de Belo Horizonte. *História Oral*, v. 22, n. 2, p. 33-57, 2019.

¹² Três bons exemplos de usos de acervos de entidades esportivas, de um clube de várzea à entidade máxima do futebol, a FIFA, são: SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010; SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol de várzea em São Paulo**: a Associação Atlética Anhanguera (1928-1940). São Paulo: Alameda, 2016; BURLAMAQUI, Luiz Guilherme. **A dança das cadeiras**: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974). São Paulo: USP/Capes; Intermeios, 2020.

tratamento dos dados se impõem. A própria proliferação de dados acessíveis de forma digital, a partir de bancos de dados e de mecanismos de busca significa novas preocupações com a manipulação das informações. É o caso, por exemplo, da multiplicação de estudos a partir do acesso possibilitado pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, que permite aos investigadores e às investigadoras uma nova forma de coletar evidências a partir de acervos jornalísticos, com implicações diretas sobre o resultado das pesquisas.

Considera-se, contudo, que mesmo com a já citada diversificação das fontes de pesquisa vivenciada no campo da história do esporte, um tipo de indício histórico permanece negligenciado: os chamados documentos oficiais. Ou seja, os registros produzidos por órgãos vinculados à administração pública, nas instâncias federal, estadual e municipal, no âmbito dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Apontar essa lacuna não significa dizer que não há trabalhos que façam bom uso dessas evidências. Obviamente há relevantes exceções, dentre as quais podem ser mencionados o já citado estudo de Leonardo Pereira com fontes policiais,¹³ ou os recentes esforços de João Malaia e de Rafael Fortes, em torno do acervo do Serviço Nacional de Informação produzido durante a ditadura civil-militar brasileira.¹⁴

Tendo em vista a identificação dessa subutilização das fontes administrativas oficiais em estudos da história do esporte, o presente artigo busca refletir sobre as potencialidades desses acervos, bem como sobre os desafios operacionais e metodológicos para a sua mobilização. Para tanto, serão abordadas três tipologias de evidências dessa natureza, com as indicações de resultados possibilitados pelo seu uso, a partir do exame do caso de Belo Horizonte em meados do século XX e da prática popular do futebol na capital mineira. Uma tentativa de contribuir para o debate, compartilhando experiências de pesquisa e apontando alternativas para utilização de indícios que, a princípio, podem parecer áridos e pouco rentáveis para esforços de investigação na área.

Entre decretos, leis e relatórios

Para se falar sobre os acervos administrativos oficiais e seu potencial como base de informações para a história do esporte, há que se tratar, inicialmente, da sua lógica de

¹³ Cf. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *Ibidem*.

¹⁴ Cf. SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; FORTES, Rafael. 'Brasil-grande, estádios gigantesco': toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 166-183, jan./abr., 2021; SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. Urbanização, estádios de futebol e ditadura civil-militar: possibilidades de investigação no acervo digital do Sian. **Acervo**, v. 36, n. 1, p. 1-15, 2023.

constituição e preservação. Afinal de contas, que registros são esses que sobreviveram à posteridade e hoje estão disponíveis à consulta de pesquisadores e pesquisadoras?

Os documentos produzidos pela administração governamental são a base da constituição dos arquivos públicos. É por meio da gestão da massa de informações produzida pelo Estado e pela identificação daquilo que tem valor permanente, ou seja, que tem potencial como fonte probatória e histórica, que se formam os acervos dessas instituições de memória.¹⁵

Como a preservação desse material consiste em uma obrigação legal dos governos, pressupõe-se que todos os municípios e estados da federação devem manter um arquivo público. Por óbvio, essa não é a realidade nacional. Apesar disso, para as cidades maiores, observa-se a presença desses órgãos, por mais que suas condições de funcionamento, muitas vezes, se afastem do ideal. Segundo o último censo de arquivos no Brasil, são 26 as unidades estaduais e 382 as municipais no país, número superior às 324 cidades com mais de 100 mil habitantes em todo o território nacional. A principal questão é que há uma forte concentração dessas instituições no Sudeste, com um grande déficit no Nordeste, Centro-Oeste e Norte.¹⁶

Todos esses conjuntos de documentos preservados nessas mais de quatrocentas instituições espalhadas pelo Brasil são constituídos por registros que, em maioria, não tinham a intenção de serem peças informativas, a exemplo do que ocorre com periódicos ou publicações literárias e acadêmicas. Trata-se de vestígios da atuação da máquina da administração pública e de produções típicas da burocracia estatal, com sua lógica própria de funcionamento. A forma pela qual são preservadas, inclusive, busca reproduzir essa dada racionalidade governamental, com a constituição dos chamados fundos arquivísticos, que têm por objetivo replicar a estrutura administrativa em meio à qual aquelas informações foram geradas.¹⁷

A consciência quanto à condição de produção e de preservação desses documentos é fundamental para a compreensão de que tipo de evidência pode ser extraído desses acervos. Um *corpus* povoado por um jargão técnico próprio da burocracia estatal e com dados de caráter, por vezes, fragmentário, já que registrados em meio ao processo administrativo e não em uma formulação posterior. Outro ponto de atenção inicial para a investigação desses conjuntos é a compreensão de que, pela lógica de estruturação dos fundos arquivísticos, as

¹⁵ Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 23-25.

¹⁶ CONARQ; ARQUIVO NACIONAL. **Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.

¹⁷ Cf. BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *op. cit.*, p. 127-160.

informações sobre um mesmo tema podem estar dispersas em várias séries distintas, demandando um trabalho de compilação próprio da pesquisa.

Certamente, essa exigência inicial de compreensão da forma como os acervos foram constituídos, de decodificação da lógica de produção e da linguagem adotada para o registro das informações e o investimento no processamento dos dados coletados, por si só, já é motivo para o afastamento de muitos pesquisadores e pesquisadoras desse tipo de fonte histórica. A isso se deve acrescer as dificuldades de acesso enfrentadas em boa parte dos arquivos públicos, carentes não só de projetos de digitalização de acervos, mas, muitas vezes, com percentuais muito baixos de arranjo e catalogação dos fundos.

Apesar de todas as dificuldades apontadas, o cenário não é totalmente desalentador, na medida em que um bom conhecimento dos acervos e do funcionamento histórico da máquina pública permite a identificação de conjuntos documentais com maior potencial informativo, logo, de mais fácil extração de dados. É com o objetivo de visibilizar essa diversidade de fontes de origem oficial que serão apresentadas três tipologias encontradas junto aos acervos municipais de Belo Horizonte, mobilizadas em uma investigação sobre o futebol praticado por grupos populares da cidade em meados do século XX. Será abordada uma série de relatórios com dados mais sintéticos, uma reunião de leis e decretos e uma composição de dados brutos retirados de formulações orçamentárias. Como se buscará demonstrar, em cada um dos casos, metodologias diferentes de análise foram utilizadas, com ganhos variados, conforme as questões que se almejava responder naquele contexto.

Como citado acima, conhecer o conjunto dos acervos administrativos é um ponto de partida fundamental para o desenvolvimento da pesquisa com esse tipo de documentação. Para tanto, vários arquivos públicos dispõem do chamado “guia de fundos e coleções”, um instrumento de pesquisa que apresenta um panorama geral de todo o arranjo, ou seja, da forma como os conjuntos de informações estão divididos e organizados na instituição. No caso de órgãos que adotam bases de dados digitais, é possível visualizar essa divisão de fundos no próprio sistema de acesso.

A partir dessa visada geral do acervo arquivístico, é possível identificar alguns conjuntos de documentos que têm um caráter mais sintético, que oferecem à investigação uma compilação de dados produzida pela própria administração pública. No caso da capital mineira, um exemplo disso é a coleção de relatórios dos prefeitos de Belo Horizonte, mantida pelo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Esse conjunto é formado por

resumos anuais ou quadrienais das gestões do Executivo que foram apresentadas ao Legislativo local, anteriormente denominado Conselho Deliberativo do Município e, a partir de 1947, chamado Câmara Municipal de Belo Horizonte.

Apesar do objetivo inicial de prestação de contas de um poder ao outro, em boa parte dessa série, que se estende de 1899 a 2005 e que se encontra totalmente digitalizada e com acesso remoto via *internet*,¹⁸ observa-se uma intenção de propaganda das realizações da administração. Nessa medida, há um esforço não apenas de compilação de dados, mas de exposição de motivos pelo Executivo municipal, justificando as suas escolhas e apontando os benefícios das políticas por ele efetivadas. Não por acaso, essa coleção de relatórios é uma das fontes mais utilizadas por investigações históricas sobre a capital mineira, dado o fato de formar uma série consistente, de fácil acesso, e apresentar informações consolidadas.

Se, por um lado, tem-se uma fonte de natureza administrativa que não oferece as dificuldades inerentes a várias outras do mesmo tipo, por outro, trata-se de uma visão cercada de intencionalidades, com um processamento de informações que objetivava apresentar a perspectiva mais favorável possível a uma dada gestão. Os dados estão compilados, não sendo possível destrinchá-los em busca de outros aproveitamentos. Na mesma medida, a origem das estatísticas não tende a ser clara, de modo que a investigação não pode tentar reproduzir a consolidação para confirmá-la. As análises a partir das informações também têm um viés, já que se trata de uma publicação de prestação de contas, mas igualmente de propaganda. Uma coleção que pressupõe a necessidade da crítica das fontes que é, contudo, inerente a qualquer documentação histórica, não sendo esse motivo para descartá-la, muito pelo contrário.

Os relatórios de prefeito constituem-se, portanto, em uma ótima evidência quando o objetivo do estudo é formar uma visão mais panorâmica da atuação do Executivo e das políticas empreendidas por esse poder na cidade. Seus limites se encontram tanto nas intencionalidades que carrega, quanto na superficialidade pela qual cada um dos temas é abordado, uma vez que compila todas as realizações da administração pública num dado período de tempo, com a destinação de não mais que um pequeno número de páginas para cada assunto. Dessa sorte, sua principal contribuição é oferecer um guia dos caminhos pelos quais a pesquisa pode avançar, ao apontar, por exemplo, quais órgãos se envolveram com cada política.

¹⁸ Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/fundacao-municipal-de-cultura/arquivo-publico/acervo/relatorio-de-prefeito>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

Um segundo conjunto de fontes que se pretende comentar é aquele formado pelas regulamentações expressas em leis e decretos municipais. Mais uma vez, trata-se de uma série de fácil acesso, uma vez que não apenas historiadores e historiadoras fazem uso dessas informações, mas uma diversidade de pessoas recorre a elas por motivos variados, dado seu valor probatório. Reúne normativas que remontam à construção da cidade, na década de 1890, e se estende até os dias de hoje. São múltiplas as formas de acesso via *internet* desse material,¹⁹ com a disponibilização, inclusive, de regulamentações já revogadas.

Na mesma medida que os relatórios de prefeitos, observa-se aqui a formação de séries temporais consistentes, com incidência sobre assuntos variados. Por meio de atos do Executivo, representados por decretos, e do Legislativo, expressos em leis, pode-se identificar as tentativas de regulamentação de inúmeros assuntos da vida da cidade, o que obviamente inclui o lazer e o esporte, seja de forma direta, seja de maneira tangencial. O uso dessas fontes em pesquisas, contudo, não se dá com a mesma constância que se observa para o caso dos relatórios dos prefeitos. Uma das hipóteses para explicar isso talvez seja a linguagem técnica que cerca esse tipo de registro histórico, que mobiliza um vocabulário próprio. Além disso, a formação de conjuntos de leis dificilmente está dada, como no caso da publicação de compilações de leis e decretos, mais comuns para o início do século XX. No mais das vezes, demanda-se um esforço de investigação para reunir a legislação pertinente a um dado tema.

Feito esse agrupamento de leis e decretos, outra questão se coloca. Como operar com esses dados? O que eles são capazes de evidenciar? Ao contrário de relatórios de prefeitos ou, por exemplo, de registros jornalísticos, essas fontes não apresentam ao leitor uma análise elaborada, ainda que estejam permeadas por intencionalidades que partem de visões de mundo de seus formuladores; de um desejo de intervir sobre o vivido, normatizando as relações sociais no contexto da cidade; mas, também, de conflitos próprios de seu tempo histórico.²⁰ Contudo, como alcançar essas pretensões expressas no texto técnico da legislação?

Uma das possibilidades está dada pela formação de séries, com a percepção do que varia entre uma norma e outra, no caso de revogações, ou com a identificação de quais grupos são atingidos ou não por essas regulamentações. O cruzamento de fontes é mais uma alternativa, pois a análise dos projetos de lei e das atas das sessões dos legislativos municipais

¹⁹ Destaque para os sítios eletrônicos Leis Municipais e Leis Estaduais. Disponíveis em: <https://leismunicipais.com.br/> e <https://leisestaduais.com.br/>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2023.

²⁰ Para uma reflexão mais aprofundada sobre o sentido históricos das leis e seu uso como fonte de pesquisa, Cf. THOMPSON, E.P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

permite acompanhar a elaboração de versões da mesma normativa e o que foi debatido acerca dela até a sua aprovação. Um investimento de pesquisa esclarecedor de muitos pontos que subsomem em meio à letra fria da lei. Para o caso da capital mineira, isso é possível por meio do acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, também preservado no APCBH.²¹

Outro ponto importante é compreender até que ponto uma dada regulamentação teve efeito sobre a realidade vivida. É muito comum em estudos do campo da história urbana a produção de análises que se detêm exclusivamente sobre as compilações de legislação urbanística, sem buscar compreender qual o impacto que cada uma dessas normas teve sobre a produção do espaço da cidade. Não é porque foi aprovada que uma regra será socialmente aceita e produzirá consequências. Tanto a percepção das séries, quanto o cotejamento de fontes, como as discussões legislativas, as matérias jornalísticas, os relatos orais etc., são importantes para essa compreensão das resultantes de uma lei ou de um decreto.

Em terceiro lugar, destaca-se um tipo de informação que se oferece de forma mais bruta à investigação, são os registros de elaboração do orçamento anual dos municípios, compostos por documentos produzidos tanto pelo poder executivo, como pelo legislativo. Todo esse material, tende a ser reunido em dossiês que compõem os processos de formulação das leis orçamentárias anuais. Trata-se de um conjunto difuso de dados, que, no caso do acervo disponível no Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), divide-se entre o Fundo da Câmara Municipal de Belo Horizonte e o Fundo do Gabinete do Prefeito.

São diversos os desafios para o tratamento dessa informação, já que se refere a processos extensos, que reúnem minutas de leis, formulários de indicações de emendas pelo Legislativo, inúmeras versões até a elaboração de um texto final, mesclando conteúdo manuscrito com material datilografado. Uma profusão de dados contábeis, cuja inteligibilidade demanda um esforço de leitura e decodificação, além do cotejamento com outras fontes. Contudo, uma vez superada a dificuldade inicial, abre-se uma interessante possibilidade de investigação, uma vez que esse material possibilita evidências consistentes quanto às decisões relativas aos gastos dos recursos públicos, com uma clareza sobre os papéis desempenhados por prefeitos, vereadores e vereadoras.

A elaboração das séries de dados extraídos dessa documentação pressupõe um tratamento adicional, com a transcrição em planilhas, dado o volume de informações e a

²¹ APCBH. **Inventário do acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte (1947-2008)**. Belo Horizonte: APCBH, 2010.

diversidade de entradas possíveis: autor da proposta, destinação do gasto, valor do gasto, ano fiscal a que o gasto se refere. Apenas por meio da compilação dos registros alcança-se a melhor inteligibilidade dos índices, para o que é necessário ainda criar parâmetros que permitam dimensionar o significado dos montantes conforme a época. Por exemplo, usando por base uma tabela anual do salário mínimo, como balizadora dos valores.

Trata-se, pois, de um esforço de pesquisa que demandará dias ou meses de levantamento e processamento de informações conforme o recorte temporal e temático adotado no estudo. Além disso, por se constituir em uma legislação, ou seja, numa tentativa de normatização, há sempre que considerar a possibilidade de que o orçamento não tenha sido executado como previsto. Para tanto, um novo cotejamento de fontes pode ajudar a investigação a confirmar o que realmente foi realizado. No caso do acervo do APCBH, o Fundo da Secretaria Municipal de Fazenda, apresenta livros-razão, com o registro de cada despesa efetuada pelo Executivo local, um bom indício de como o orçamento se concretizava.

As três tipologias aqui apresentadas são reveladoras da diversidade de dados presentes em acervos oficiais, originados da administração pública, das conseqüentes preocupações metodológicas para a investigação desse conteúdo, assim como das potencialidades para respostas de questões que permeiam estudos variados. Cabe agora, a partir de uma pesquisa específica do campo da história do esporte, identificar quais os ganhos analíticos possibilitados pela incorporação dos dados oferecidos por esses indícios históricos.

O futebol de várzea e as fontes oficiais

A pesquisa em meio à qual as informações extraídas de fontes oficiais produzidas pela administração pública municipal da capital mineira foram utilizadas tinha por objetivo investigar a trajetória do futebol de várzea em Belo Horizonte no contexto de sua metropolização. Dentre os temas, foram examinados processos como a configuração de um circuito da várzea, articulado à estruturação de um sistema esportivo nacional e à constituição de uma cultura atlética própria dos grupos populares; as implicações da conversão da cidade em um centro metropolitano sobre a prática amadorista e as alternativas encontradas pelas agremiações para o desenvolvimento de suas atividades; bem como, a inserção das equipes e de seus membros em redes políticas locais, em busca da resolução de problemas que afetavam a manutenção de um calendário de jogos e as demais ações das associações.

As fontes administrativas oficiais mostraram-se bastante proveitosas, em especial, para a compreensão do último conjunto de questões que orientaram o estudo, qual seja, o da identificação das relações entre os clubes do futebol popular – chamado “de várzea”, em Belo Horizonte – e as forças políticas locais, com vistas a solucionar problemas enfrentados pelas agremiações, de modo a garantir suas atividades cotidianas. Por meio dessas evidências, foi possível identificar o desenvolvimento de projetos públicos voltados ao esporte, os quais favoreciam ou desfavoreciam esse grupo específico de praticantes; a aprovação de projetos de leis ou a publicação de decretos que interferiam positiva ou negativamente nesse meio; bem como, o estabelecimento de relações mais ou menos duradouras entre integrantes das associações varzeanas e representantes políticos.

Apesar de se tratar de acervos que se originavam das administrações públicas, em muitos casos, foi possível acessar indícios da agência histórica de sujeitos vinculados ao futebol popular, uma vez que muitas das medidas tomadas pelos poderes executivo e legislativo partiam de provocações realizadas pelos integrantes dos clubes. Assim, apesar da natureza oficial da documentação, ela não era fonte de informação restrita a um único grupo social, no caso, a classe política. Dada a forma processual como esses acervos se constituem, é possível, ainda que de forma tangencial, identificar outras vozes em meio à papelada.

Um exemplo concreto disso é a presença de um histórico que narra a trajetória do Montanhês Esporte Clube, produzido em 1971, por seu então presidente, Geraldo Rodrigues de Lima, o qual foi localizado em meio ao projeto de lei para a declaração de utilidade pública do clube, apresentado por um vereador local. O texto escrito pelo dirigente varzeano apresenta um relato muito próprio sobre a história da agremiação fundada em 1933, com a indicação do forte envolvimento entre a prática esportiva popular, a religiosidade católica na região e a organização de movimentos de bairro para a conquista de melhorias para o local.²² Nessa medida, o processo que, por si só, é revelador das relações entre um membro do Legislativo municipal e o referido clube esportivo, também é portador de outras evidências históricas, tal como um raríssimo depoimento de primeira mão sobre a constituição de uma agremiação popular que remonta aos anos 1930.

Como foi citado anteriormente, cada uma das tipologias de fontes oficiais elencadas é capaz de trazer indícios esclarecedores de diferentes problemas de pesquisa, ao mesmo tempo

²² CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. Projeto de Lei aprovado sob o nº 2.055, de 12 de abril de 1972 – Declara de utilidade pública o Montanhês Atlético Clube. DR.01.02.09-9498 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 7-8.

em que deixa algumas lacunas que demandam a mobilização de dados complementares para serem esclarecidas. É o que pode ser examinado no caso dos relatórios de prefeitos e do que eles são capazes de evidenciar acerca das relações entre o Executivo municipal e o universo varzeano da capital mineira.

Se lidos de forma isolada, esses relatórios têm muito pouco a dizer sobre o tema. São raras as edições em que o futebol popular aparece, com comentários pontuais sobre ações de beneficiamento de campos, como, por exemplo, nos anos 1950.²³ Nesse período, uma lista com a indicação dos clubes beneficiados pode ser identificada, com a indicação de que tipo de melhoria foi realizada, desde a construção completa de uma ação de nivelamento do piso até a construção completa de um espaço de jogo. Nos anos posteriores, nada mais foi dito sobre o tema. Quando analisados em conjunto, em uma série maior de décadas, a presença de alguns silêncios sobre o assunto ganha novo sentido, apontando para transformações nas prioridades políticas do Executivo municipal. Informação que, cruzada com outras fontes, fica mais clara para a investigação.

Outro ponto importante do uso de relatórios abrangentes, como os elaborados pelos prefeitos, é a possibilidade de compreender como as políticas públicas se interligavam, de perceber como ações de estruturação viária da cidade ou de reordenamento dos transportes, por exemplo, guardavam relações com outras iniciativas governamentais. É o que se observa, no caso das construções de praças esportivas e centros sociais durante a década de 1970, as quais estavam incluídas em um grande pacote de obras financiadas pelo governo federal e pelo governo estadual, que iam da implantação de avenidas de trânsito rápido à criação de mercados públicos e parques, todas orientando a ocupação de certas regiões da capital.²⁴

Em seu texto direto, com dados sintéticos, os relatórios de prefeitos deixam muitas lacunas, uma vez que aspectos contextuais são omitidos. A compreensão mais abrangente do que está sendo tratado ali demanda o cruzamento de fontes, as quais são capazes de esclarecer a que processos cada uma daquelas medidas governamentais se vinculava. Foi, portanto, por

²³ Cf. BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1951**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti em 15 de janeiro de 1952. Belo Horizonte, 1952, p. 100; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1952**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti. Belo Horizonte, 1953, p. 76; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório de 1953**, apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti. Belo Horizonte, 1954, p. 91-92; BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Prestação de contas do Executivo Municipal relativa ao exercício de 1954**, apresentado à Câmara dos Vereadores em fevereiro de 1955. Belo Horizonte, 1955, p. 170.

²⁴ BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Relatório do quadriênio 1971-1974**, enviado à egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Oswaldo Pieruccetti. Belo Horizonte, março de 1975

meio dessas operações de pesquisa que esse acervo permitiu observar que, em relação ao futebol de várzea em Belo Horizonte, os anos 1950 foram um período de investimentos públicos na infraestrutura utilizada pelas agremiações, com o beneficiamento de vários campos. Na década seguinte, o que se observou foi um afastamento do Executivo municipal do tema, que delegou ações a um colegiado temático, o Conselho Municipal de Esportes, o qual não teve poderes efetivos para intervir no assunto. Já os anos 1970, foram marcados por investimentos em outros equipamentos esportivos, ligados às modalidades chamadas especializadas, inclusive com a construção de complexos atléticos em áreas antes ocupadas por espaços de jogo varzeanos, uma perda para o setor. A década de 1980, por fim, marcou uma retomada de ações da prefeitura, em meio ao processo de redemocratização política do país, com a concessão de terrenos públicos aos clubes do futebol popular e medidas de qualificação dessas áreas.

No que se refere às normativas legais, no período estudado, foram inúmeros os temas regulados por elas. Em algumas ocasiões, uma única lei foi capaz de trazer uma diversidade de informações sobre o tema, como no caso do projeto de lei para doação de um terreno da prefeitura ao Pitangui Esporte Clube, o qual, entre a sua primeira versão e a aprovação definitiva, tramitou por mais de dez anos.²⁵ Esse episódio único de transferência fundiária da municipalidade a uma agremiação do futebol popular é rico em detalhes, pois possui um vasto processo preservado junto ao Fundo da Câmara Municipal de Belo Horizonte, além de ter tido ampla cobertura da mídia, tanto pelo fato da entidade beneficiada ser conhecida na cidade, como pelo vereador responsável pela iniciativa ser um influente jornalista.

Em outras ocasiões, é o conjunto de regulamentações, com a formação de séries que possibilitam à investigação uma compreensão do seu sentido. Esse é o caso da sequência de leis de declaração de utilidades públicas a clubes varzeanos, uma prática que se iniciou entre vereadoras e vereadores de Belo Horizonte nos anos 1960²⁶ e se estendeu pelos anos seguintes. Tal normativa, ao que tudo indica, tinha um caráter mais simbólico do que prático,

²⁵ Cf. DOAÇÃO DE UM TERRENO AO PITANGUI. *Diário da Tarde*, Belo Horizonte, p. 5, 27 de julho de 1951; BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº1008**, de 15 de fevereiro de 1963. Autoriza doação de terreno ao Pitangui Esporte Clube. Disponível em: <http://leismunicipa.is/dbmkg>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2023.

²⁶ O primeiro caso encontrado foi de iniciativa de um vereador que também era presidente do Tremedal Esporte Clube, que propôs o reconhecimento da utilidade pública do clube que dirigia. Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 932**, de 6 de setembro de 1962. Declara de utilidade pública o Tremedal Esporte Clube. DR.01.02.09-8332– Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

uma vez que nenhum desdobramento efetivo se dava, servindo mais como reconhecimento do município à agremiação.²⁷

Apesar da pouca efetividade dessas leis, analisadas em seu conjunto, elas permitem identificar as conexões estabelecidas entre as agremiações do futebol popular e os vereadores e as vereadoras locais, a partir da identificação dos proponentes dos projetos. Ao se perceber quem eram os políticos que faziam a proposta legislativa, qual o clube beneficiado e em que região da cidade ele se localizava, possibilitava-se uma compreensão mais clara de como as bases eleitorais eram formadas. Informação que era cotejada com outras fontes, como relatos orais e registros de imprensa. Isso possibilitou a construção de um panorama das redes de relações políticas tecidas entre clubes varzeanos e lideranças regionais, algo importante para os objetivos da investigação de compreender como as entidades esportivas articulavam a resolução de seus problemas em busca da manutenção de suas atividades.

Em relação aos decretos, a constituição de séries foi igualmente proveitosa. Foi o caso da identificação de com que abrangência e com que ritmo se efetivou a referida política de concessão de terrenos municipais, nos anos 1980, para o usufruto das áreas por clubes de várzea para a conservação de seus campos de jogo. Lidas de forma isolada, essas normativas são pouco informativas, apontando apenas a localização do equipamento esportivo e as condições em que estava sendo permitido o uso por uma dada agremiação. Contudo, examinadas em conjunto, possibilitam a constituição de uma cartografia histórica de como a política se efetivou, a partir de quais entidades e de que regiões da cidade, de modo a compreender quais foram os beneficiários, a quem atingiu primeiro e como se espalhou.

Como citado anteriormente, ao analisar uma regulamentação, há que se levar em conta, dentro das possibilidades da investigação, quais os seus efeitos sobre a realidade social. Ignorar as consequências práticas de uma norma gera o risco de o estudo tomar por certo que a sua publicação é capaz de impactar o contexto histórico por si só. Um bom exemplo, considerando-se a trajetória do futebol de várzea em Belo Horizonte, foi a aprovação de uma lei, em 1970, que autorizou a prefeitura a construir estadinhos para dez mil pessoas, que

²⁷ Não foi identificada lei que regulamentasse a utilidade pública na esfera municipal, mas a norma federal ressalta que “Art. 3º Nenhum favor do Estado decorrerá do título de utilidade pública, salvo a garantia do uso exclusivo, pela sociedade, associação ou fundação, de emblemas, flâmulas, bandeiras ou distintivos próprios, devidamente registrados (...)” BRASIL. **Lei Federal nº 35**, de 28 de agosto de 1935. Determina regras pelas quais são as sociedades declaradas de utilidade pública. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-91-28-agosto-1935-398006-norma-actualizada-pl.html>

seriam destinados aos clubes amadoristas da cidade.²⁸ Esse foi um projeto apresentado em um dos momentos mais críticos dessa prática esportiva popular na capital mineira, quando, em meio a obras que transformavam o tecido urbano, inúmeros campos de jogo eram destruídos.

O teor da lei poderia levar a uma interpretação inicial de que ali se chegava a uma solução para o problema da perda de espaços destinados ao futebol de várzea. Contudo, o exame de seus efeitos, especialmente pelo cruzamento com fontes jornalísticas, evidenciou uma inobservância da normativa, sem a construção de um estádinho sequer pela municipalidade. Nessa medida, a proposta que teve fácil tramitação, com o apoio da vereança local, não gerou resultados, o que se compreende, inclusive, pelo esvaziamento dos poderes legislativos no contexto da ditadura civil-militar no Brasil.

Portanto, por meio dessa segunda tipologia de fontes oficiais, foi possível, dentre outros, identificar um processo único de doação de terreno a um clube de várzea na cidade, nos anos 1960; a construção de uma rede de relações políticas locais a partir do exame de declarações de utilidade pública; a identificação de projetos de lei sem efetividade, mas que apontavam para uma preocupação do legislativo com o tema do futebol popular; além de medidas de concessão de terrenos pela municipalidade, em especial, nos anos 1980.

Por fim, serão tratados alguns resultados decorrentes do exame de registros da elaboração orçamentária do município, uma tipologia de fonte com dados mais dispersos, cujo acesso implicou na pesquisa local, nas dependências do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH). Esse conjunto tem sua maior parte reunida em dossiês referentes à produção da lei orçamentária para cada ano fiscal do município, o que integra o Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte. Alguns itens complementares, esclarecedores do texto inicial enviado pelo executivo são encontradas no acervo do Fundo Gabinete do Prefeito. Para os interesses do estudo, foram examinadas as propostas para os anos de 1953 a 1983.

Em uma primeira análise, a documentação parecia difícil, já que reúne um conjunto de planilhas datilografadas com indicações de valores associados a códigos de gasto que, por sua vez, representam a destinação de valores a setores diferentes da administração municipal. Contudo, após o exame de alguns dossiês, o conjunto foi se tornando mais inteligível e sua lógica de constituição se tornou mais compreensível à investigação. Desse conjunto, interessava ao referido estudo sobre o futebol de várzea uma parte específica da elaboração

²⁸ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 1.837**, de 10 de junho de 1970. Autoriza o prefeito municipal a construir pequenos estádios nos bairros e vilas. Disponível em: <http://leismunicipa.is/kdhme>

orçamentária que era a indicação de emendas pelos vereadores e pelas vereadoras. Ou seja, a destinação de valores apontados pelos integrantes do legislativo, na maior parte das vezes, para entidades da sociedade civil que prestassem serviços de utilidade pública.

Desde o início do funcionamento da Câmara Municipal de Belo Horizonte, em 1947, havia essa destinação de valores, feita tanto pelo Executivo como pelo Legislativo, a associações privadas que desenvolvessem ações de interesse na cidade. Inicialmente, essas eram, sobretudo, instituições filantrópicas assistenciais e entidades culturais.²⁹ Contudo, a partir de 1953, por meio da ação de um vereador e futebolista profissional do Atlético Mineiro, José do Monte, agremiações varzeanas passaram a ser beneficiárias de subvenções,³⁰ tendência que se manteve por longas décadas, até meados dos anos 1995, quando foi dificultada pela extinção de um programa de auxílio ao esporte amador.³¹

Era comum que quase todos os vereadores e as vereadoras destinassem recursos para clubes varzeanos, assim como o faziam para entidades de assistências, projetos educativos e culturais, além de outras iniciativas da sociedade civil. Para que evidências dessas medidas fossem reunidas, foi necessária a consulta a cada um dos dossiês de elaboração das leis orçamentárias e o processamento dos dados com a identificação dos destinatários, dos beneficiários e dos montantes propostos. Para se garantir um parâmetro de avaliação do quão significativos eram aqueles valores, foi utilizada uma série histórica de leis de atualização do salário mínimo.

Com todos os dados compilados, foi possível compreender a que agremiações os vereadores destinavam os recursos de suas emendas, com que frequência o faziam e qual era o montante reservado a cada ano. Tais informações possibilitaram reconstituir parte das redes de relações de cada representante político e de cada clube de várzea, observando-se o quão relevante os valores encaminhados eram para a manutenção anual das entidades esportivas.

Em alguns casos, identificou-se que vereadores mantinham subvenções regulares por décadas para agremiações da mesma região, com a clara identificação da manutenção de uma base local. Em outros casos, é possível observar o papel que as subvenções cumpriam na

²⁹ Projeto de Lei nº 283. Orçamento do município para o exercício de 1951. DR.01.02.09-7540 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH.

³⁰ Cf. BELO HORIZONTE. **Lei nº 0315/52** – Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1953. DR.01.02.09-7685 – Fundo Câmara Municipal de Belo Horizonte/APCBH, p. 126.

³¹ Cf. BELO HORIZONTE. Lei Municipal nº 6.943, de 22 de agosto de 1995. Altera a tabela II da Lei nº 5.641, de 22 de dezembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <http://leismunicipa.is/mebla>. Acesso em 24 de fevereiro de 2023.

tentativa de conformação de máquinas eleitorais, com a ampliação de zonas de influência política. Em contrapartida, por meio do cruzamento de fontes, evidenciava-se como esses benefícios garantiam o reconhecimento político dentre as agremiações contempladas, com a oferta de homenagens durante a promoção de festivais varzeanos ou a conferência de outras honrarias a esses benfeitores dos clubes.

A possibilidade de comprovação de que as relações mantidas entre entidades esportivas populares e lideranças locais permitiam aos clubes o acesso a recursos públicos regulares, segundo previsão legal da elaboração orçamentária, propiciou ao estudo refletir sobre debates em torno do clientelismo político. Tais dados proporcionam uma crítica à visão de que tais ligações entre as forças eleitorais e suas bases são pautadas por interesses que fogem à ordem democrática, com objetivos que se consomem durante o próprio pleito. Nesse sentido, o trabalho se aproximou de discussões que preconizam a constituição de relações mais complexas e menos funcionalistas, baseadas em redes de resoluções de problemas que, ainda que assimétricas, produzem resultados almejados pelos diferentes atores envolvidos.³²

Tais dados de subvenções não se encontram compilados em nenhuma outra documentação a que a pesquisa tenha tido acesso. Nessa medida, foi por meio do esforço de investigação e sistematização dos dados que se tornou possível acessar evidências consistentes e não apenas impressionistas da articulação entre clubes varzeanos e integrantes do Legislativo municipal. Algo que proporcionou ao estudo a produção de afirmativas com uma boa margem de segurança acerca do tipo de conexões mantidas por esses grupos no contexto examinado.

Entende-se, pois, que não fosse a mobilização de fontes oficiais, tais como relatórios de prefeitos, leis e decretos, projetos de leis e elaborações orçamentárias, as análises acerca da constituição de redes políticas em busca da manutenção das atividades regulares de clubes de várzea ao longo do processo de metropolização de Belo Horizonte se daria em bases frágeis. Para tanto, o trabalho contaria tão somente com algumas narrativas orais, com relatos fragmentados de como essas conexões se davam, e com algumas poucas e tangenciais matérias jornalísticas que fariam inferência a vínculos entre lideranças locais e agremiações amadoras, sem muita precisão sobre a sua abrangência e duração.

³² AUYERO, Javier. **La política de los pobres**: las prácticas clientelistas del peronismo. Buenos Aires: Manantial, 2012.

Ao contrário disso, a incorporação dessas fontes garantiu um volume considerável de indícios históricos capazes de embasar uma análise que ressaltou a agência de integrantes do meio varzeano belo-horizontino na constituição de redes de apoio. Isso possibilitou uma melhor compreensão dos caminhos percorridos por agremiações que se mostraram capazes de sobreviver a um processo autoritário de reconfiguração do espaço urbano, que demonstrou poucas preocupações com a manutenção de formas populares de viver e de habitar a cidade.

Considerações finais

O exercício que se pretendeu realizar neste artigo visou contribuir para o aprofundamento dos debates metodológicos que cercam a escrita da história do esporte no Brasil. Ao se remontar à constituição de um campo de estudos no país, identificou-se a pouca recorrência de fontes de natureza administrativa e oficial nas investigações sobre o tema, especialmente em detrimento das evidências jornalísticas, mas também de outros indícios que mais recentemente têm sido incorporados.

Tendo essa constatação por premissa, o texto buscou apresentar a leitores e leitoras algumas possibilidades de mobilização de fontes oficiais, com a identificação de possíveis ganhos analíticos decorrentes de seu uso. Trata-se de uma contribuição que se articula a uma avaliação presente em outros artigos,³³ de que o crescimento quantitativo da produção em torno da história do esporte e de temas afins ainda carece, no mais das vezes, de um salto qualitativo, na medida em que muitos avanços do ponto de vista teórico-metodológico são possíveis. Esses progressos englobam vários aspectos, desde um maior conhecimento e debate com a bibliografia, nacional e internacional, passando por uma melhor clareza conceitual dos trabalhos, até inovações na forma como as investigações são conduzidas.

Aqui se buscou, a partir de uma experiência de pesquisa, apontar possibilidades de aproveitamentos analíticos a partir da incorporação de tipologias de fontes históricas ainda pouco mobilizadas pelo campo. Assim, o maior esforço foi aquele de apontar estratégias metodológicas construídas em meio ao processo de investigação, as quais podem ser adaptadas por estudiosos e estudiosas do tema. Entende-se que esse tipo de compartilhamento dos bastidores do fazer historiográfico cumpre um papel formativo e informativo, sendo tão relevante como a apresentação dos resultados de um trabalho.

³³ MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010; DIAS, Cleber. História e historiografia do lazer. **Record**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2018.

Assim, espera-se, com essa contribuição, que mais pesquisadores e pesquisadoras da história do esporte considerem a possibilidade de incorporação de fontes oficiais em seus estudos. Arquivos públicos, em regra, são depositários de interessantes bases de informações, muitas vezes inexploradas, as quais encerram grande potencialidade, desde que alvo de um esforço de investigação que permita tornar mais compreensíveis e manipuláveis dados brutos originados dos processos burocráticos empreendidos pelos órgãos da administração pública. Certamente, muitas descobertas e novas chaves interpretativas sobre o tema dependem da mobilização desses indícios até então não visitados.

Referências

- APCBH. **Inventário do acervo da Câmara Municipal de Belo Horizonte (1947-2008)**. Belo Horizonte: APCBH, 2010.
- AUYERO, Javier. **La política de los pobres: las prácticas clientelistas del peronismo**. Buenos Aires: Manantial, 2012.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BURLAMAQUI, Luiz Guilherme. **A dança das cadeiras: a eleição de João Havelange à presidência da FIFA (1950-1974)**. São Paulo: USP/Capes; Intermeios, 2020.
- CONARQ; ARQUIVO NACIONAL. **Relatório técnico sobre censo de arquivos públicos instituídos no Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2020.
- DIAS, Cleber. História e historiografia do lazer. **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2018.
- FICO, Carlos; POLITO, Ronald. **A história no Brasil (1980-1989): elementos para uma avaliação historiográfica**. Ouro Preto, UFOP, 1992.
- FIGOLS, Victor de Leonardo. O lugar do futebol nos simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH): um balanço de 1961 a 2017. **Revista Hydra**, v. 3, n. 5, p. 9-73, dezembro de 2018.
- HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de; RIBEIRO, Raphael Rajão. História Oral, prática futebolística e cidades no Brasil: conflitos e apropriações nas narrativas de ocupação dos campos de "futebol de várzea" de Belo Horizonte. **História Oral**, v. 22, n. 2, p. 33-57, 2019.
- LUCENA, Ricardo. **O esporte na cidade: aspectos do esforço civilizador brasileiro**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- MELO, Victor Andrade de. **Cidade sportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; FAPERJ, 2001.
- MELO, Victor Andrade de; FORTES, Rafael. História do esporte: panorama e perspectivas. **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 12, n. 22, p. 11-35, jul./dez. 2010

MELO, Victor de Andrade. O trato do esporte nos simpósios da Associação Nacional de História (ANPUH). **Recorde**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 1-17, jan./ jun. 2016.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **Footballmania**: uma história social do futebol no Rio de Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. **Revolução vascaína**: a profissionalização do futebol e a inserção sócio-econômica de negros e portugueses na cidade do Rio de Janeiro (1915-1934). 2010. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. Urbanização, estádios de futebol e ditadura civil-militar: possibilidades de investigação no acervo digital do Sian. **Acervo**, v. 36, n. 1, p. 1-15, 2023.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia; FORTES, Rafael. ‘Brasil-grande, estádios gigantescos’: toponímia dos estádios públicos da ditadura civil-militar brasileira e os discursos de reconciliação, 1964-1985. **Tempo**, Niterói, v. 27, n. 1, p. 166-183, jan.-abr. 2021.

SILVA, Diana Mendes Machado da. **Futebol de várzea em São Paulo**: a Associação Atlética Anhanguera (1928-1940). São Paulo: Alameda, 2016.

THOMPSON, E.P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.